



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006028-13.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **ISABEL CRISTINA CUSTODIO**
 Requerido: **JOSÉ EDUARDO DE JESUS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora cobra do réu importância em dinheiro para reparação de danos que um automóvel dele provocou ao colidir contra o portão de sua residência.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam arguida pelo réu em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

O fato que rendeu ensejo aos danos alegados pela autora não suscita maiores divergências.

Está patenteado no documento de fls. 02/05 e não foi refutado pelo réu na peça de resistência.

Na verdade, o réu buscou eximir-se de responsabilidade pelo que sucedeu sob o argumento de que deixou o aludido automóvel para ser reparado em uma funilaria cujo proprietário não o estacionou e freou corretamente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em consequência, o automóvel acabou por atingir o portão da casa da autora.

A explicação do réu é em princípio razoável porque indica a falta de ligação entre sua conduta e o resultado verificado.

Todavia, a hipótese possui peculiaridades.

Isso porque instada a manifestar-se sobre eventual interesse em que o proprietário da mencionada funilaria viesse a integrar a relação processual a autora deixou claro a fls. 30/31 tal desejo.

Ela tentou por isso manter contato com essa pessoa, mas não conseguiu localizá-la porque se mudou para lugar ignorado.

Como se não bastasse, acrescentou que pouco após o episódio tal proprietário a procurou informando que esclarecera ao réu que no interior da funilaria não havia espaço para nenhum outro automóvel, de sorte que ele (réu) o deixou do lado de fora por sua conta e risco.

O réu foi cientificado desse relato e não se pronunciou a propósito, além de não postular a produção de provas que se contrapusessem a ele (fls. 34 e 40).

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, o relato transmitido à autora a fl. 30/31 altera o quadro inicialmente traçado para patentear o liame entre o réu e a ocorrência trazida à colação.

Se foi dele a iniciativa em deixar o automóvel fora da funilaria, haverá de arcar com as consequências que daí advieram, até porque diante desse novo contexto não coligiu dados que respaldassem o que asseverou em contestação.

Todavia, ainda que outro fosse o entendimento sobre a matéria posta a debate, remanesceria o dever do réu em indenizar a autora.

Na verdade, a tentativa de recorrer ao proprietário da funilaria restou infrutífera e bem por isso não poderia a autora arcar com prejuízo a que não deu causa e com o qual não contribuiu de forma alguma.

A jurisprudência já se manifestou nesse sentido:

"O dono do veículo que o entrega para consertos à oficina sem condições econômicas para responder por prejuízos a terceiros é, nesse caso, solidário com o proprietário da oficina, em face do art. 1.521, III, do CC (atual art. 932, III)" (RT 485/94).

Tal orientação aplica-se mutatis mutandis à espécie dos autos, tendo em vista a impossibilidade do proprietário da funilaria fazer frente aos danos suportados pela autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 800,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**